

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor XXX, com a licença n.º XX da equipa XXXX, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelos controlos positivos em competição, realizados nos dias X, com os códigos X e X respectivamente, e que acusaram a presença da substância proibida *Betamethasone*.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 15º, do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC, adiante RCA-UVP/FPC), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido e se procedeu, *inter alia*, à sua audição e à inquirição de uma testemunha.

O Arguido não respondeu à nota de culpa, nem efectuou qualquer requerimento probatório. Após ser notificado do controlo positivo, antes mesmo da abertura do processo disciplinar, enviou uma missiva dirigida ao Presidente da UVP/FPC (que se encontra junto aos autos a fls. 15 e ss.), na qual apresentou a sua versão dos factos.

Aquando da sua inquirição, confessou imediatamente a toma da substância proibida, mas justificou que a mesma ocorreu sem o seu conhecimento. Explicou que no dia 30 de Julho de 2007, em consequência de uma queda no X, foi sujeito a uma infiltração intra-articular de 7 mg. de *Betamethasone*, para tratamento de uma entorse da articulação acrómio-clavicular direita, tendo para o efeito informado o Conselho Nacional Antidopagem (adiante CNAD), através do envio da respectiva Autorização para Utilização de Substâncias Terapêuticas (adiante AUT). No dia 7 de Agosto de 2007, dado que os sintomas clínicos de inflamação se mantinham, foi sujeito a uma nova infiltração intra-articular, desta feita, de apenas 2 mg. de *Betamethasone*. Contudo, alegou que esta segunda infiltração não lhe foi dada a

conhecer. Apenas soube quando, ao ser notificado pela UVP/FPC do controlo positivo, confrontou o então médico da equipa (X), que lhe confessou a administração da substância e lhe confidenciou que, à data, não lhe deu conhecimento para não o desestabilizar, em virtude de ocupar o primeiro lugar da classificação da Volta a Portugal 2007 e temer que isso pudesse influir com o seu rendimento desportivo.

Perante estes factos, o Instrutor achou relevante inquirir o X, na qualidade de testemunha, de molde a poder determinar se este, efectivamente, infiltrou a substância ao Arguido na data acima referida, e se lhe deu, ou não, conhecimento desse facto. Dado que este reside actualmente em X a inquirição teve de ser feita por escrito, e não presencialmente. Na resposta da testemunha às questões colocadas, junta a fls. 33 e ss., pode ler-se que *“Confirmo totalmente que actuando como médico del equipo XXX administre personalmente, el día 10 de Agosto de 2007, al corredor X 2 mg (dos miligramos) de betametasona ... Aclaro sin embargo que el corredor X no tuvo conocimiento de dicha administración, lo que corresponde a la práctica habitual durante competición...”*.

Posto isto, cumpre apenas analisar se o Arguido praticou, ou não, algum acto de dopagem.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Com base nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem, na confissão do Arguido e no depoimento da testemunha, considera-se provado que este procedeu à toma da substância proibida *Betamethasone* (v. fls. 7, 9, 27, 28 e 29).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho e do artigo 1.º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1.º, A), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria elite). Nos termos desta

42
42

norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €1247 a €2494 e perda de 50 pontos na classificação individual.

Contudo, cabe referir que, pelos elementos recolhidos durante o inquérito, fica provado que o Arguido desconhecia absolutamente que lhe havia sido administrada uma nova dose da substância *Betamethasone* e que, conseqüentemente, este facto o impediu de notificar o CNAD, através do envio da competente AUT.

Nestes termos, face ao preceituado no artigo 16.º do Código Penal, temos de concluir que o Arguido agiu com erro sobre as circunstâncias do facto. Mais especificamente, recorrendo à categorização doutrinária que é feita da figura do erro, diríamos que estamos face a um erro ignorância (*vide*, GERMANO MARQUES DA SILVA, in “Direito Penal Português”), dado que o agente ignorava um elemento essencial do tipo de infracção que cometeu. E, desta forma, nos termos do citado preceito legal, o erro exclui o dolo (n.º 1), pelo que, fica ressalvada apenas a punibilidade a título de negligência (n.º 3).

III. CONCLUSÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.

Neste caso, como se viu, a conduta do Arguido é-lhe imputada apenas a título de negligência. Com efeito, o Arguido desconhecia, e não podia conhecer, que lhe fora administrada uma substância proibida e, por isso, ao não realizar o facto, não pôde proceder, como devia, ao envio da AUT. A este propósito é relevante notar que apenas 7 dias antes, após proceder à toma da mesma substância, o Arguido agiu em conformidade e enviou a AUT para o Conselho Nacional Antidopagem, pelo que será de crer que, perante as mesmas circunstâncias, voltaria a agir da mesma forma, se eventualmente tivesse tido conhecimento do facto ilícito.

Assim sendo, estamos em crer que a negligência que, perante a prova realizada, é imputável ao Arguido, deve ser considerada leve.

A favor do Arguido deve ainda ser invocado o facto do mesmo ter confessado de imediato a

infracção e ter colaborado na descoberta da verdade. Inclusive, dispensou a realização da análise às amostras B. Será também de levar em linha de conta que a substância em causa em nada altera o rendimento desportivo do atleta e tem fins meramente terapêuticos.

Por último, não será demais sublinhar o hiato temporal decorrido entre a prática da infracção e a condenação. De facto, decorridos que estão mais de dois anos sobre a prática dos factos e estando o Arguido já em final de carreira (perfaz 35 anos em Dezembro), as funções punitiva e repressiva da pena praticamente esvaneceram-se, cabendo mesmo interrogar se ainda se justifica aplicar uma sanção de suspensão da actividade desportiva ao atleta, que ditaria o fim imediato e indecoroso da sua carreira desportiva. Estamos em crer que não.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, A), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido da seguinte sanção:

- Multa de €1.247 (mil duzentos e quarenta e sete euros).

Lisboa, 8 de Outubro de 2009

O Instrutor,





fl. 44

Processo n.º02/09

DECISÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou, em XXX, contra o ciclista XXX processo disciplinar, no seguimento de uma participação efectuada pela UCI, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelos controlos positivos em competição, realizados nos dias 7 e 11 de Agosto de 2007, com os códigos X e X respectivamente, e que acusaram a presença da substância proibida *Betamethasone*.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final (v. fls. 40 a 43 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer parte integrante da presente decisão.

De acordo com o relatório final de inquérito, a conduta do Arguido consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho e do artigo 1.º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1.º, A), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria elite). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €1.247 a €2.494 e perda de 50 pontos na classificação individual.

Assim, atendendo às motivações constantes do relatório final de inquérito, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, A), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido da seguinte sanção:

- Multa de €1.247 (mil duzentos e quarenta e sete euros).

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito..



fl. 45

Lisboa, 19 de Outubro de 2009

O Conselho Disciplinar,

João Patrício

João Pedro Antas

Miguel Sousa Guerreiro

U.V.P./F.P.C.